



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003066-57.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação – Formação de Registro de Preços – Aquisição de equipamentos de segurança - portais e raquetes detectores de metais - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 12 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Segurança Institucional - SSI com o objetivo de eventual aquisição de equipamentos de segurança (portais e raquetes detectores de metais) para este Regional conforme exigência da Resolução CNJ nº 435/2021, e Resolução TRE 38/2022, de acordo com o termo de abertura do processo ([0918610](#)) e a Solicitação de Contratação n. 8 ([0922245](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 284/2022 ([0947506](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela formação de registro de preços por meio de Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520/2002 e no art. 1º, § 1º, do Decreto Federal n. 10.024/19; inaplicabilidade do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's para o item 1 e sua aplicação ao item 2 e a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no item 14 do TR.

03. Pela Manifestação n. 680/2022 ([0959141](#)), o secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu à autorização da formação do registro de preços e pelo Despacho n. 1627/2022 ([0960625](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE-RO, foram aprovados o ETP e o TR 22/2022 - SSI e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC, determinando-se, entre outros comandos, a restrição na divulgação da intenção do RP e dos valores estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Na sequência veio ao processo a minuta da carta-contrato que regulará a relação entre as partes ([0961769](#)). Em sede de diligências ([0962327](#)) a ASLIC solicitou os seguintes esclarecimentos à unidade demandante:

I - Informar se a comprovação do fabricante atestando que o equipamento **não oferece risco aos seres humanos e sistemas de apoio vital** (portadores de marca-passo, implante cloquear, etc.) consiste em documento exclusivo fornecido pelo fabricante ao licitante, ou documento genérico do fabricante, ou, ainda, se tal exigência poderia ser verificada, por exemplo, no folder/prospecto do produto;

II - Tratando-se de aquisição de 2 itens, informar se a exigência de treinamento também seria aplicável ao item 2 (raquete).

05. Em cumprimento, a Seção de Segurança Institucional - SSI esclareceu que a propriedade do equipamento poderia ser verificada em folder/prospecto do produto. Quanto ao treinamento para o uso dos equipamentos, registrou que somente será exigido para o item 1, com alterações na redação dos itens 6.1 e 17.2.6, motivo pelo qual trouxe ao processo o novo Termo de Referência n. 1/2023 - SSI ([0968640](#)).

06. Face as alterações supra noticiadas, pelo Despacho 118/2023 ([0968740](#)) a secretária substituta da SAOFC remeteu os autos à SAC para análise, que, ao final, concluiu que o novo TR encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019, e, ainda, às disposições Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0970821](#)).

07. Assim, instruído retornou o processo a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

09. Releva registrar que os documentos da fase interna da contratação, inclusive o termo de referência, foi objeto de considerações e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do Parecer Jurídico n. 284/2022 ([0947506](#)) - já noticiado no relatório deste trabalho - e adotado por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

10. Pode-se acrescentar que não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas no intuito de esclarecer as regras de aceitação dos equipamentos - até mesmo em função da extrema relevância da propriedade exigida para que não ofereça risco aos seres humanos e sistemas de apoio vital (portadores de marca-passo, implante cloquear, etc.) e, ainda, sobre a necessidade de treinamento para a adequada utilização do portal detector de metais. Tais alterações foram inseridas no novo Termo de Referência n. 11/2023-SSI ([0968640](#)) novamente analisado pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, que concluiu pela regularidade do novo documento ([0970821](#)).

11. Quanto aos demais elementos do termo de referência e da contratação, esta unidade adota integralmente sua própria análise jurídica produzida no referido Parecer Jurídico, passando aquele a integrar este parecer como um todo único e indivisível, naquilo que não alterado por este.

III – CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, trazendo a esta as conclusões registradas no Parecer Jurídico n. 284/2022 ([0947506](#)), opina esta Assessoria Jurídica:

I – Considerando os elementos que constam do **Termo de Referência n. 01/2023-SSI ([0968640](#))**, conclui-se que o instrumento parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (**inciso II do art. 14** do mesmo regulamento).

II – Pela possibilidade de **formação de registro de preços** com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para realização de eventual contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão eletrônico, tipo menor preço por item**, com fundamento no **art. 1º da Lei n. 10.520/02** e **art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19**, tratando-se da **formação de registro de preços**, tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária, para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer o **tipo de licitação menor preço por item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993. Destaca-se que a SSI indicou, no subitens 12.2 e 13, IV, do TR (0958778), pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019;

IV – No futuro certame, **não terá aplicação o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's para o item 1 (Portal detector de metais)**, haja vista que os valores estimados excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também, **não será aplicada** a reserva de cota de até 25% dos itens de natureza divisíveis, com fundamento **no art. 49, III, da LC 123/06 e pelo art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015**. Para o **item 2** (Detector de metais tipo raquete), nos termos do subitem 12.5 do TR, **deverá aplicado ao futuro certame o regime de exclusividade** na participação de **microempresas e empresas de pequeno porte**, porquanto o valor estimado por esses itens **está abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 .

V - Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no item 14 do novo TR;

VI – Na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, embora tal medida não tenha sido indicada pela unidade demandante.

13. Conforme registrado no **item 4 deste parecer**, veio ao processo a minuta da carta-contrato que regulará a relação entre as partes ([0961769](#)). Esse instrumento requer a aprovação desta unidade na forma do Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93. Contudo, a carta-contrato demandará pequenos ajustes na sua redação para alteração da exigência de treinamento, agora restrita ao item 1 do TR. Essa providência, todavia, não impede a eventual autorização da contratação, uma vez que a nova minuta poderá ser analisada pela AJSAOFC juntamente com a do edital do certame.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 03/02/2023, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0973299** e o código CRC **049E4E27**.

0003066-57.2022.6.22.8000

0973299v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO:0003066-57.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI.

ASSUNTO: Final - Formação de Registro de Preços – Aquisição de equipamentos de segurança - portais e raquetes detectores de metais - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 75 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Segurança Institucional - SSI com o objetivo de eventual aquisição de equipamentos de segurança (portais e raquetes detectores de metais) para este Regional conforme exigência da Resolução CNJ n. 435/2021, e Resolução TRE n. 38/2022, de acordo com o termo de abertura do processo ([0918610](#)) e a Solicitação de Contratação n. 8 ([0922245](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Inicialmente, foi inserido **Parecer Jurídico n. 282/2022** ([0957539](#)) no âmbito do referido processo trazendo o necessário relato processual, contudo, por meio da certidão n. 4/2022 ([0958281](#)) a assessoria jurídica à época dos fatos tornou o **Parecer Jurídico n. 282/2022** ([0957539](#)) sem efeito e solicitou diligências ao demandante por meio do evento [0958507](#)). Por sua vez, a unidade demandante anexou novo Termo de Referência ([0958778](#)) em atendimento às solicitações da AJSAOFC. Carreou-se aos autos novo **Parecer Jurídico 284/2022** ([0958796](#)) onde consta todo o relatório dos andamentos processuais até a aprovação dos documentos do planejamento da contratação e autorização da adoção do pregão na forma eletrônica ([0959141](#)) por parte do SAOFC. Nessa esteira, por meio do despacho n. 1627/2022 ([0960625](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE-RO, foram aprovados o ETP e o TR 22/2022 - SSI e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC.

03. Na sequência, a ASLIC ([0962327](#)) solicitou esclarecimentos à unidade demandante que resultaram em inserção de novo Termo de Referência ([0968640](#)) e, conseqüentemente, em nova análise realizada pela SAC do novo artefato ([0970821](#)), além de novo **Parecer Jurídico n. 12/2023** ([0973299](#)) que também analisou as modificações introduzidas no novo Termo de Referência ([0968640](#)).

04. Por conseguinte, fez-se necessário nova manifestação por parte do SAOFC ([0973524](#)) aprovando o novo **Termo de Referência 01/2023** ([0968640](#)), a modalidade pregão em sua forma eletrônica e os documentos que fazem parte do planejamento da contratação. Em nova análise por meio do despacho 105/2023 ([0973963](#)), a Diretoria Geral ratificou a manifestação do SAOFC e deu outras providências e encaminhamentos necessários. Sendo assim, o processo foi remetido à SECONT para alteração da minuta de carta-contrato, conforme item 13 do Parecer Jurídico n. 12 ([0973299](#)) e à SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.

05. A SECONT, por sua vez, juntou aos autos nova minuta carta-contrato ([0975343](#)).

06. Ato contínuo, as minutas de edital ([0981862](#)) e de contrato ([0975343](#)) foram aprovadas por esta Assessoria Jurídica da SAOFC por meio do **Parecer Jurídico n. 33/2023** ([0983641](#)).

07. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico SRP n. 05/2023 ([0987031](#)), por meio de sua publicação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento [0989250](#).

08. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) pedido de impugnação manejado pela empresa Techscan Importadora e Serviços LTDA ([0991359](#)), resumidamente com o seguinte teor:

QUESTÃO 1: Revisão do instrumento convocatório, a fim de viabilizar a ampla concorrência também para o item 2, excluindo-se a exclusividade de ME/EPP. QUESTÃO 2: Revisão do instrumento convocatório para exigir a apresentação, como requisito habilitatório, da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante. QUESTÃO 3: Revisão do edital, para que seja alterado o prazo de entrega para pelo menos 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho. QUESTÃO 4: Alteração do instrumento convocatório, a fim de que sejam admitidos portais com pelo menos 18 zonas de detecção. QUESTÃO 5: Alteração do edital/TR, a fim de que seja exigida temperatura máxima de operação até 50°C (CINQUENTA GRAUS CELSIUS).

b) pedido de esclarecimento manejado pela empresa Techscan Importadora e Serviços LTDA ([0991362](#)), resumidamente com o seguinte teor:

Analisando-se o edital, verificou-se que esta Administração determina que: “Possuir capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de dimensões e massas, conforme estabelecido nas normas e NILECJ-STD-0601.00 níveis 1 até 5 e NIJ-STD-0601.02 nível 1.” Considerando que na NIJ-STD-0601.02 há corpos de prova grandes, médios e pequenos, entendemos que para o TER/RO o ideal seria até o nível médio (armas brancas e de fogo desmontadas). Está correto esse entendimento? Caso a resposta seja negativa, por gentileza esclarecer. Sendo essas as dúvidas oriundas da análise do instrumento convocatório e anexos, aguardamos pelo seu esclarecimento

Na sequência e pós manifestação da unidade demandante em resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento ([0992351](#)), os incidentes foram **julgados e esclarecidos pelo Pregoeiro nos seguintes termos:**

Por todo o exposto e considerando a competência a mim atribuída pelo art. 17, II, do Decreto 10.024/2019, e pelo item 2.4 do Edital de Pregão Eletrônico SRP 05/2023: a) conheço da impugnação, posto que tempestiva e apresentada por meio adequado; b) **julgo IMPROCEDENTE** a impugnação pelas razões acima expostas. 11. Julgada improcedente a impugnação e considerando que não houve alteração de cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo ([0992964](#)).

Instada, a unidade técnica-demandante apresenta a seguinte manifestação: **O entendimento da empresa TECHSCAN IMPORTADORA não está correto.** A Capacidade de detecção da NILECJ - Standard 0601.00 (níveis 1 até 5) e da NIJ Standard 0601.02 (grande, médio e pequenos) são relevantes para segurança, pois são níveis aplicados por diversos fabricantes de Portal Detector de Metal e por assim dizer, é relevante exigir todos os níveis estabelecidos por normas no ambiente de uso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. 5. Tratando-se de questão técnica, ACOLHO INTEGRALMENTE a manifestação da unidade técnicademandante (Seção de Segurança Institucional) e a utilizo como resposta à solicitante. 6. Esclarecida a questão e considerando que o esclarecimento não altera cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo ([0992975](#)).

c) Relatório de propostas – Comprasnet ([0993228](#));

d) propostas e documentos de habilitação das licitantes juntados nos volumes IV e V do processo, a saber:

1. TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 06.083.148/0001-13 - ([0993231](#))

2. ARMA DEFENSE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ 41.406.069/0001-05 - ([0993316](#)) **que foi aceita para o item 2.**

3. VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 05.293.074/0001-87 - ([0993399](#)), **que foi aceita para o item 1.**

ANÁLISES DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO PREGOEIRO:

PROPOSTAS:

TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA:

Proposta juntada no evento [0993231](#) referente ao item 1. Unidade demandante manifestou-se ([0993275](#)) pelo desatendimento de parte das especificações técnicas constantes do item 4.1, da seguinte forma:

I - O termo de referência especifica: "Possuir tecnologia de multizonas detectores, constituídas por, no mínimo, 20 (vinte) zonas de detecção independentes, de modo a assegurar que os objetos sejam detectados separadamente pelas respectivas zonas;

A proposta da TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS LTDA apresentou um equipamento de apenas 18 zonas de detecção.

II - O termo de referência especifica: operar com variações de temperatura ambiente entre -10° e +60° C e umidade relativa entre 0 e 95% não condensada;

A proposta da TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS LTDA apresentou um equipamento que operar com variações de temperatura ambiente entre -20° e +55° C e umidade relativa entre 0 e 95% sem condensação;

III- O termo de referência especifica: Possuir grau de proteção IP55;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A proposta da TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS LTDA apresentou Catálogo/Folder do equipamento que não especifica a proteção IP55.

Sendo assim, a proposta da licitante não atendeu integralmente as especificações técnicas do termo de referência.

ARMA DEFENSE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

LTDA:

Proposta juntada no evento [0993316](#). Unidade demandante manifestou-se pelo atendimento integral das especificações técnicas constantes do Termo de Referência referentes ao item 2 (detector de metais tipo raquete) ([0993371](#)).

VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA:

Proposta juntada no evento [0993399](#). Unidade demandante manifestou-se pelo atendimento integral das especificações técnicas constantes do Termo de Referência referentes ao item 1 (Portal detector de metal) ([0993416](#)).

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

ARMA DEFENSE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

LTDA:

Documentos de habilitação técnica juntada nos eventos [0993566](#), [0993567](#) e [0993568](#). Unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias ([0993745](#)).

VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA:

Documentos de habilitação técnica juntada nos eventos [0993563](#), [0993564](#) e [0993565](#). Unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias ([0993745](#)).

e) ata do Pregão Eletrônico ([0994046](#)).

É o necessário relatório.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0003066-57.2022.6.22.8000) até a presente data.

10. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

12. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

13. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([0989250](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

14. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

15. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pedido de esclarecimento: Como já registrado no relatório deste parecer, tratou-se de mera elucidação de especificações técnicas.

Impugnação aviada no dia 23/03/2023 por TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 06.083.148/0001-13, Julgada improcedente pelo Pregoeiro ([0992964](#)):

Análise: Correta a decisão do Pregoeiro. A interpretação consignada pela impugnante é restritiva e limitadora de competitividade, por isso correta a manutenção dos termos do edital e de seus anexos.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0993228](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0994046](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas. Compulsando o relatório elaborado pelo Pregoeiro [0995191](#), verifica-se a efetiva negociação como os fornecedores na tentativa de redução dos valores de suas propostas, nos Termos do **Acórdão 2622/2021 Plenário TCU**.

Análise: As ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0995191](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa, aceitação redução dos valores das proposta.

Os atos contaram a oitiva prévia da unidade demandante, determinante para a recusa da proposta da empresa TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 06.083.148/0001-13, por desatendimento à especificações técnicas do objeto. Sobre o procedimento, veja-se a regra do edital:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.13. Será recusada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos e pelo valor estimado.
- c) **que não atender às especificações, condições e exigências estabelecidas no edital;**
- d) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações, diligências e outros.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Como referido no relatório deste parecer, após a juntada dos documentos de habilitação técnica a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias para os itens 1 e 2 ([0993745](#)) por parte das empresas **ARMA DEFENSE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (item 2)** e **VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA (item 1)**. Dessa forma, de acordo com os registros que constam na página 07 da ata do Pregão ([0994046](#)), a documentação das empresas foi julgada regular, razão pela qual foram declaradas vencedoras do certame.

h) Da referida decisão não houve manifestação de intenção recursal.

16. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

IV – CONCLUSÃO

17. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0994053](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

18. Registra-se que, a ASLIC já trouxe ao processo a compovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no sitio eletrônico deste Tribunal.

19. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 10/04/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 10/04/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0996695** e o código CRC **65BD9665**.